



**Declaração em nome dos Estados Membros da Comunidade de
Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

**Armas Convencionais
80th Sessão da Assembleia Geral
Primeira Comissão**

23 de outubro 2025

Senhor Presidente,

É com muita honra que profiro esta Declaração em nome dos 9 Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) Angola, Brasil, Cabo Verde Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e o meu próprio país, Guiné-Bissau.

Queria começar por expressar a nossa profunda preocupação com todos os conflitos em curso no mundo e apelo à retoma do caminho da paz e das relações pacíficas entre os Estados, com estrita observância dos princípios do direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, entre os quais o respeito pela soberania, pela integridade territorial, pela autodeterminação dos povos e pela resolução pacífica dos conflitos.

Senhora Presidente,

Vivemos um momento polarizador no palco mundial caracterizado por ameaças de agressões militares, por sua vez alimentadas por discursos eivados de acusações, com um pano de fundo de reforço da militarização e aumento acentuado da venda e transferência ilícita de armamento.

O comércio ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre ameaça a paz e segurança e ameaçam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento pelo impacto extremamente negativo que surtem na vida dos cidadãos. A sua mera existência adensa a sensação de insegurança nas sociedades em que as armas predominam, podendo impedir cidadãos de trabalhar e estudar e travar o acesso a cuidados básicos de saúde, funcionando como um travão ao desenvolvimento.

A sua proliferação - pela facilidade em cair nas mãos de grupos terroristas, extremistas e

grupos armados - instiga a violência armada, exacerba conflitos, contribuindo assim para perpetuar ciclos de instabilidade, além de surtir um impacto desproporcional nos civis, em particular nas mulheres, crianças e pessoas com deficiência.

São a principal causa de mortes violentas no mundo – quer em situações de conflito, quer não. Enfraquecem a paz e segurança, afetam o desenvolvimento socioeconómico e permitem violações de direitos humanos. Contribuem para a perpetuação de ciclos de violência, catástrofes humanitárias e deslocações forçadas em massa, podendo conduzir a situações de insegurança alimentar.

Afetam a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, estando a maioria dos casos de violência sexual em conflito relacionada com este tipo de armas. Mas também em regiões não afetadas pelo conflito, o impacto é patente. Os números são reveladores: o número total de pessoas que perderam as vidas em resultado de homicídios deliberados excede o número dos que morreram em conflitos armados entre 2015 e 2021. Só neste último ano, 45% (260 000) das mortes a nível mundial foram causadas por armas (não incluindo suicídios).

- ❖ Em **2024**, estima-se que mais de 270.000 pessoas tenham morrido em resultado de homicídios intencionais com armas ligeiras, excluindo suicídios.
- ❖ Isso representa cerca de 46% das mortes violentas globais, mantendo a tendência observada em 2023.
- ❖ O número **continua a exceder as mortes em conflitos armados**, que totalizaram cerca de **200.000 mortes** em 2024.

Enquanto a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável preceitua que “sem paz e segurança, incluindo controlo de armas eficaz, não pode haver desenvolvimento sustentável,” e o seu objetivo 16.4 apela à redução significativa das armas ligeiras e de pequena calibre, as despesas com estas continuam a subir galopantemente enquanto caem os investimentos em desenvolvimento e saúde.

De facto, em 2023, os gastos militares ascenderam a 2.443 biliões USD, representando uma subida de 6.8% face ao ano anterior.

- ❖ Em **2024**, os gastos militares mundiais atingiram **2,7 biliões de dólares (USD)**.
- ❖ Isso representa um **aumento de 9,4%** em relação a 2023, o maior crescimento anual desde o fim da Guerra Fria.

O aumento foi impulsionado por conflitos como a guerra na Ucrânia e os confrontos no Médio Oriente

Senhor Presidente,

Outra ferramenta-chave para atenuar o impacto negativo do fluxo ilícito deste tipo de

armas na paz sustentável e desenvolvimento é o Programa de Ação das Nações Unidas para as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (UN PoA on SALW), adotado em 2001 para prevenir, combater e erradicar o comércio ilícito de armas de armas ligeiras e de pequeno calibre, com que todos os Estados Membros se comprometeram. Em conjunto com o Instrumento Internacional de Rastreo (ITI), acordado em 2005, para garantir o registo e rastreo de armas, o PoA instiga uma maior cooperação regional e internacional. É também no quadro do Programa de Ação que os Estados desenvolvem relatórios nacionais bienais.

No âmbito do Programa de Ação das Nações Unidas destacamos ainda dois temas pela sua premência:

Primeiro: a impressão 3D de armas de fogo, representando desafios de monta ao controlo e regulação de armas ligeiras e de pequeno calibre ao permitir que qualquer indivíduo produza as próprias armas em casa, prescindindo de licenças e verificação de antecedentes, um desafio considerável para a segurança pública pela possibilidade de produção e distribuição ilegal a larga escala. Além do mais, a descentralização torna mais difícil às autoridades aplicar as leis contra a produção sem licenças e identificar as armas, pois a impressão 3D carece de números de série e marcas identificáveis. A fácil disseminação de modelos digitais online e transfronteiras agrava o problema. Estas verdadeiras “armas fantasmas” obstam à deteção e segurança escapando aos métodos habituais de segurança. Assim, urge estar à altura deste desafio através de legislação harmonizada internacional e uma cooperação mais estreita entre agências de aplicação da lei, o setor privado e o sistema judicial.

Segundo, a relevância da cooperação internacional e regional, sendo de destacar, nesse âmbito, os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Chefes de Polícia da CPLP para o estabelecimento de uma rede de Pontos Focais Nacionais de Armas de Fogo e Explosivos (National Firearms Focal Points - NFFP) que consideramos ser um passo crucial para a implementação do Plano de Ação e um exemplo do sucesso da dinamização da cooperação nessa matéria. A sua função envolve a coordenação de atividades de rastreamento de armas, a criação de bases de dados integradas sobre armamento, e a promoção de colaboração com outras jurisdições e entidades internacionais, tais como a Interpol e a Europol. Este modelo de coordenação interagências tem demonstrado resultados positivos no combate ao tráfico de armas, promovendo uma resposta global mais eficaz e concertada.

Deste modo, a criação da rede de Pontos Focais Nacionais de Armas de Fogo e Explosivos na CPLP permitirá, não só a troca ágil de informações, mas também a formação de uma frente comum que esteja alinhada com os esforços globais no combate ao comércio ilícito de armamento.

Ainda ao nível do Conselho de Chefes de Polícias da CPLP, foi aprovado o estabelecimento de uma Comissão de Armas e Explosivos, visando o rastreo, deteção e

critérios/procedimentos de tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre, bem como o debate e troca de experiências e boas práticas, o que se tem materializado em programas de formação sobre padrões legislativos e de regulamentação entre os serviços de forças de segurança da CPLP.

Dentro da nossa Comunidade já temos troca de experiências e programas de assistência legal entre os nossos membros, quer no âmbito de referências legais, quer de gestão de sistemas de armas de fogo e munições. Dentro da CPLP temos organizado programas de formação específica em armas e explosivos patrocinados também pelas NU.

Destacamos ainda a elaboração e tradução do Guia da FRONTEX em armas de fogo para guardas fronteiriços e alfândegários para a língua portuguesa, uma ferramenta útil para a nossa comunidade.

Em suma, é neste pano de fundo que o Secretário Geral das Nações Unidas, na “Nova Agenda para a Paz” apelou aos Estados a reduzirem de forma urgente os custos humanos das armas, incluindo das armas ligeiras e de pequeno calibre, e reforçarem o investimento na prevenção, serviços e infraestruturas sociais para alavancar a paz sustentável e colocar as sociedades no caminho da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis. Na meta para 2030 não podemos deixar que as crises e desafios tremendos que enfrentamos nos demovam de alcançarmos progressos para melhorar a paz e segurança e atingir os ODS. O facto de em 14 anos termos conseguido cristalizar linguagem em matéria de desarmamento num documento basilar como o Pacto para o Futuro, pode ser um farol de esperança.

Muito obrigado, Senhor Presidente.